

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

LEI Nº 458/03, DE 07 DE JULHO DE 2003.

"Dispõe sobre alterações da Lei Municipal nº 361, de 15 de dezembro de 2.000, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, usando das atribuições legais,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a

Art. 1°. A Lei Municipal n° 361/2000, de 15 de dezembro de 2000, passa vigorar com as seguintes alterações:

Art. 47. São sevarados obrigatórios para efeitos desta lei.

I - o servidor público titular de cargo efetivo dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, suas autarquias, e fundações públicas; e

 II – os servidores aposentados nos cargos citados neste artigo e os seus pensionistas.

Parágrafo Único — Os segurados previstos neste artigo quando em gozo de aposentadoria e os sens pensionistas contribairão como segurados obrigatorios.

Art.6°. Consideram-se dependentes, para os efeitos desta Lei:

l - o cônjuge, a companheira, o companheiro, e o filho não emancipado, de aualauer condição, menor de vinte e um anos ou inválido:

II - os pais; c

III - o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido.

§ 1º A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso l é presumida e das demais deve ser comprovada.

§ 2º A existência de dependente indicado em qualquer dos incisos desta artigo avolui do direito ao banefício os indicados nas incisos subsequentes.

§ 3º Equiparam-se aos filhos, nas condições do inciso 1, mediante declaração escrita do segurado e desde que comprovada a



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

dependência econômica o enteado e o menor que esteja sob sua tutela ou guarda judicial e não possua bens suficientes para o próprio sustento e educação.

§ 4° Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantenha união estável com o segurado ou segurada.

§ 5° Considera-se união estável aquela verificada entre o homem e a mulher como entidade familiar, quando forem solteiros, separados judicialmente, divorciados ou viuvos, ou tenham prote em comum, enquanto não se separarem.

Art. 8°.

H para a companheira, com a declaração do fin da união estável, sem que the tenha sido assegurado o direito a pensão por ocasião da dissolução ao união;

Art. 34.

§ 2º - a função dos demais diretores, sem prejuízo da remuneração tuncional, sera remunerada com ato star (cinquenta nor cento) da remuneração de Diretor de Departamento do quadro normal dos servidores municipais, não podendo ultrapassar o total deste, sendo esse percentual fixado por resolução do Conselho Curador.

Art. 37. Os benefícios previdenciários a serem prestados aos segurados expendêntes, aprango. 20.

- I quanto aos segurados:
- a) aposentadoria por invalidez comum ou acidentária;
- h) aposentadoria do professor;
- c) aposentadoria por idade e compulsória;
- d) aposentadoria por tempo de contribuição:
- H quanto aos dependentes:
- a) pensão por morte comum ou acidentária e por ausência ou desaparecimento, declarados judicialmente;
  - b) auxílio reclusão;
  - III quanto aos beneficiários:
  - u) gratificação de natal.

Ant 43. A aposantadoria por juvalidaz á davida ao segurado que estándo recebendo unxilto abença, for considerado incapaz para qualquer trabalho e





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

insuscetível de readaptação para atividade compatível com seu estado de saúde e nível de instrução.

- Art. 49. A aposentadoria por idade será devida ao segurado que, observadas as disposições constitucionais de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade quando homem, e 60 (sessenta) anos quando mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- Art. 50. A aposentadoria por tempo de contribuição será devida ao segurado após dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, completar 60 (sessenta) anos de idade, e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se do sexo masculino e 55 (cinqüenta e cinco) anos de idade, e 30 (trinta) anos de contribuição se do sexo feminino.
- Art. 53. A pensão será devida ao conjunto dos dependentes do segurado, que vier a falecer estando em atividade ou aposentado.
- Art. 54. o valor da pensão por morte, que será igual ao valor dos proventos do servidor falecido se aposentado, ou ao valor dos proventos a que teria direito o servidor em atividade se tivesse aposentado por invalidez na data de seu falecimento, observado o disposto no §§ 7º e 3º, do artigo 40 da Constituição Federal.
- Art. 57. O auxílio-reclusão é devido aos dependentes do segurado detento ou recluso, que não receba qualquer remuneração do empregador nem esteja em gozo de auxílio-doença ou aposentadoria, para os segurados que na forma do previsto na Constituição Federal, tiverem renda bruta mensal até o limite fixado no artigo 13 da Emenda constitucional nº 20/98.
- Art. 2°. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os artigos 38, 39, 41, 42 e 91 da Lei Municipal n° 361/2000, de 15 de outubro de 2.000, e as demais disposições em contrário.

Chapadão do Sul - MS, 07 de Julho de 2003.

JOÃO CARLOS KRUĆ Prefeito Municipal